



EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMCA066/2022
(REPUBLICAÇÃO EDITAL PMCA028/2022 – ITEM 1)
Exclusivo Para Micro Empresas

O Município de **Capão Alto**, inscrito no CNPJ sob o nº **01.599.409/0001-39**, com sede à rua **João Vieira de Oliveira nº 500**, em **Capão Alto - SC**, em conformidade com o disposto neste Edital, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, tipo menor preço por item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAS JURÍDICAS HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA, FISCALIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS NA ÁREA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E URBANISMO ORIUNDOS DE RECURSOS PRÓPRIOS E DE CONVÊNIOS FEDERAIS E/OU ESTADUAIS E CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO EM PROGRAMAS COMO SIMEC, SIGOB, CISAMA, SICONV E CORRELATOS (REPUBLICAÇÃO EDITAL PMCA028/2022 – ITEM 1).

A entrega dos envelopes "documentação" e "proposta", será efetuada até às **09:30 horas do dia 04/10/2022**. A abertura se dará às **09:35 horas do dia 04/10/2022**, na Sala de Licitações localizada na Prefeitura Municipal de Capão Alto na rua João Vieira de Oliveira, nº500, centro, Capão Alto-SC, endereço acima indicado, na “Sala de Licitações”, sendo que o presente edital poderá ser retirado junto ao órgão licitante ou pelo sítio eletrônico www.capaoalto.sc.gov.br

ANEXO I RELAÇÃO DE ITENS LICITADOS

ANEXO II DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

ANEXO III DECLARAÇÃO DE VISTORIA

ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Não havendo expediente na data fixada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, salvo motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

1. DO OBJETO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAS JURÍDICAS HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA, FISCALIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS NA ÁREA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E URBANISMO ORIUNDOS DE RECURSOS PRÓPRIOS E DE CONVÊNIOS FEDERAIS E/OU ESTADUAIS E CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO EM PROGRAMAS COMO SIMEC, SIGOB, CISAMA, SICONV E CORRELATOS (REPUBLICAÇÃO EDITAL PMCA028/2022 – ITEM 1)**, com condições e especificações estabelecidas neste Edital e nos Anexos que o integram, como se nele transcritos estivessem.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Em se tratando de licitação na modalidade de Tomada de Preços, apenas poderão dela participar, nos termos previstos no art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666/93, os interessados cadastrados (ver subitem 3.3. deste Edital) ou **os que atenderem às condições de cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento da proposta**, observada a necessária qualificação ou seja **29/09/2022**.

2.1.1. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- Concordatárias ou com falência declarada, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Suspensas temporariamente de participar em licitações e impedidas do direito de contratar com o Município;
- Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, desde que perdurem os motivos determinantes da punição, e cujo ato tenha sido publicado na imprensa oficial;
- Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.1.2. A data limite para retirada física do edital junto ao setor de Licitações da Entidade será dia **29/09/2022**.

2.1.3. As licitantes que não estejam cadastradas, poderão requerer, no prazo legal, o respectivo cadastramento, fazendo encaminhar ao Setor de Cadastramento do Município de Capão Alto, localizado na Prefeitura Municipal de Capão Alto, cito rua João Vieira de Oliveira, nº500, centro, Capão Alto-SC, toda a



documentação indicada em item específico do presente Edital, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas ou seja dia 29/09/2022.

2.2. Os cadastramentos deverão acontecer exclusivamente de forma presencial, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capão Alto – SC, no endereço Rua João Vieira de Oliveira, nº500, Centro, onde deverá ser protocolada toda a documentação até às 14:00hs (horário de Brasília) do dia 29/09/2022.

2.3. DO CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES

2.3.1. Cada licitante deverá, nos atos do presente certame, fazer-se representar por pessoa devidamente credenciada, por instrumento público ou particular (com firma reconhecida), e que esteja devidamente autorizada a atuar em seu nome, com poderes bastantes e suficientes à formulação de requerimentos e à tomada de decisões em geral, inclusive no que se refere à eventual desistência da interposição de recursos.

2.3.2. Considerar-se-á devidamente credenciada para os fins exigidos no presente edital, a pessoa:

a) portadora de procuração, lavrada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, indicando a outorga de poderes na forma exigida;

b) portadora de documento idôneo que demonstre a sua condição de sócio, gerente ou administrador da licitante e que declare os limites de sua atuação.

2.3.3 A não apresentação ou a incorreção de qualquer dos documentos referidos neste subitem (2.3) não inabilitará a licitante, mas obstará o representante de se manifestar e responder pela mesma.

2.4 DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

2.4.1. Por tratar-se de Licitação Exclusiva, no caso de participação de microempresas ou empresa de pequeno porte, será observado o disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus arts. 42 a 49.

2.4.2. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.

2.4.3. A pessoa física ou o empresário individual enquadrados nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

2.4.4. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

2.4.5. Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar.

2.4.6. A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06 e com isso ensejando no não credenciamento e participação do presente certame.

3. DOS DOCUMENTOS PARA CADASTRAMENTO E HABILITAÇÃO PARA A LICITAÇÃO

3.1. As licitantes que, nos moldes previstos no art. 35 e seguintes da Lei nº 8.666/93, não estejam cadastradas e tiverem interesse em participar do presente certame, deverão requerer, **até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de recebimento das propostas (29/09/2022)**, o respectivo cadastramento na linha de fornecimento objeto desta licitação devendo demonstrar, de forma inequívoca, através dos documentos exigidos, que preenchem os requisitos relativos à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

3.1.1 Para efeitos de CADASTRAMENTO, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

a) CONTRATO SOCIAL E SUAS ALTERAÇÕES;

b) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (em caso de certidão ou documento complementar de validação da mesma, a comissão de Licitações poderá optar por fazer Diligência para fazer a devida comprovação) ;

c) CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ);

d) CERTIDÃO NEGATIVA CONJUNTA FEDERAL;

e) CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL;

f) CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL;

g) CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS;

h) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS;

i) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO;



j) ALVARÁ DA ATIVIDADE EXPEDIDO PELO MUNICÍPIO SEDE ATUALIZADO;

3.1.1.1 O Cadastramento é obrigatório e deverá acontecer até dia 29/09/2022.

3.1.1.2 A Renovação do Cadastramento para participação do presente certame também é obrigatória, e fica estabelecida nos mesmos prazos e datas descritas nesse edital, A renovação de Cadastramento que venha a ser feito além dos prazos estabelecidos neste edital, impossibilitam a participação do licitante no presente certame.

3.2 Da Habilitação (envelope n.01)

3.2.1. A Habilitação das empresas para participarem da presente licitação será determinada pela apresentação dos seguintes documentos:

3.2.1.1. A licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, atendendo as exigências da Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar junto ao envelope de habilitação, declaração de enquadramento assinada ou prova que possibilite a identificação no enquadramento conforme mesmos moldes dos itens 2.4 até 2.4.6 deste edital

3.2.1.2.HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.2.1.3.REGULARIDADE FISCAL

- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- f) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- j) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.2.1.4.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- k) Comprovante de quitação e Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/CAU da jurisdição da empresa, comprovando atividade relacionada com o objeto.
- l) Atestado Técnico comprovado pelo CREA/CAU, que a empresa e o engenheiro/arquiteto prestou serviço de Assessoria, Consultoria, fiscalização e projeto na área de engenharia Civil em obras na área Pública.
- m) Certidão de registro de pessoa física no CREA/CAU, em nome de cada profissional detentor do(s) atestado(s) apresentado(s) em atendimento ao subitem 3.2.1.4. alínea "l", com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA/CAU da jurisdição do domicílio do profissional. Esta certidão será dispensada no caso do nome do profissional constar da certidão apresentada em atendimento ao subitem 3.2.1.4. alínea "k" e, no caso de certidões/atestados emitidas pela Internet, somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão ou através de diligência.
- n) Apresentação de declaração formal e relação explícita de que a empresa dispõe de estrutura e pessoal técnico especializado para realização dos serviços do objeto, conforme preceitua o § 6º do art. 30 da Lei 8666/93.

o) Atestado Técnico com monitoramento junto ao SISMOB (Ministério da Saúde), ao SIMEC (Ministério da Educação), SICONV, SIGOB e FUNASA, em número não inferior a 02 (dois) monitoramentos para cada, exclusivamente para o item 2 do ANEXO I.

p) Declaração de Vistoria Técnica a ser expedida pelo Presidente da Comissão, certificado pelo Representante designado pelo Município, sendo que para tanto, o licitante, fará uma "**MINUCIOSA VISTORIA DAS OBRAS DO PODER PÚBLICO DE CAPÃO ALTO**" nos locais onde estão sendo desenvolvidas e de possíveis obras a serem implantadas, para conhecimento das condições ambientais e técnicas em que se deverão desenvolver os trabalhos. Essa vistoria, subsidiará o levantamento quantitativo de mão-de-obra necessários à



elaboração da proposta, não cabendo alegação posterior, sob qualquer hipótese, desconhecimento acerca dos serviços a serem executados, devendo qualquer discordância de caráter técnico dos serviços a serem executados, serem apontados até o terceiro dia útil anterior à data marcada para entrega dos envelopes (29/09/2022), sendo que defeitos apontados após esta data não serão conhecidos arcando o licitante com todas as despesas dele provenientes. **Exige-se que a vistoria técnica seja efetuada por 01(um) TÉCNICO DEVIDAMENTE REGISTRADO EM CADA UM DOS ITENS e que seja o legítimo Responsável Técnico da licitante, a ser comprovado mediante a apresentação da cópia de registro da empresa no CREA/CAU.**

p) A firma licitante deverá realizar a vistoria até o terceiro dia útil que antecede a data limite para entrega dos documentos e propostas da licitação, ou seja, 29/09/2022. A vistoria deverá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal da Prefeitura, após leitura minuciosa do Edital (inclusive o Projeto Básico), na sede da Prefeitura, conforme endereço indicado no Preâmbulo e será necessariamente acompanhada pelo presidente da Comissão e/ou fiscal de obras do Município, recebendo em seguida a Declaração de Vistoria, conforme modelo em anexo.

3.2.1.4.1. A licitante que não faça a Vistoria e venha a apresentar declaração de que está ciente das condições, não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

3.2.1.5.DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

q) Declaração de que não há fato impeditivo de sua habilitação, obrigando-se a informar a superveniência de ocorrências posteriores, consoante modelo Anexo III.

r) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze), nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99) (Anexo III).

3.2.1.6.QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

s) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilistas registrados no conselho regional de contabilidade ou por representante legal da empresa (balanço de abertura para empresas constituídas no atual exercício);

t) certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante (em caso de certidão ou documento complementar de validação da mesma, a comissão de Licitações poderá optar por fazer Diligência para fazer a devida comprovação);

3.2.3 Para efeito de avaliação de boa situação financeira do licitante, serão avaliadas demonstrações de liquidez corrente, liquidez geral, grau de endividamento, realizando-se cálculo de índices contábeis, adotando-se as seguintes fórmulas e pontuações:

$$\text{I - LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} > 1,0$$

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

$$\text{II - LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{AC} + \text{ARPL}}{\text{PC} + \text{ELP}} > 1,0$$

AC = ATIVO CIRCULANTE

ARPL = ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PC = PASSIVO CIRCULANTE

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

$$\text{III - GRAU DE ENDIVIDAMENTO} = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{AT}} < 1,0$$

PC = PASSIVO CIRCULANTE

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

PL = PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AT = ATIVO TOTAL



3.3. As licitantes que tenham obtido habilitação parcial junto ao **CADASTRO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**, na qualificação compatível com o objeto do presente certame, ficarão dispensadas da apresentação dos documentos relativos à **habilitação jurídica, regularidade fiscal, e qualificação econômico-financeira**, ficando, ainda, obrigada a apresentar a documentação relativa à qualificação técnica e declarações obrigatórias, **(até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento da proposta ou seja 29/09/2022).**

3.4 Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da Comissão, ou ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial acondicionadas em envelopes devidamente fechados, contendo externamente os seguintes dizeres:

**ENVELOPE nº1 – HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
PROCESSO LICITATÓRIO PMCA066/2022
TOMADA DE PREÇOS
OBJETO:
NOME DA EMPRESA:
CNPJ N.º:**

4. DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas em 01 (uma) via original, impressa ou datilografada, preferencialmente em papel timbrado da licitante, no dia e hora da abertura da licitação, redigidas de forma clara, em língua portuguesa, datadas e assinadas, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e identificada por meio de carimbo ou datilograficamente e as demais rubricadas pelo representante legal da empresa, acondicionadas em envelopes devidamente fechados, contendo externamente os seguintes dizeres:

**ENVELOPE nº2– PROPOSTA DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
PROCESSO LICITATÓRIO PMCA066/2022
TOMADA DE PREÇOS
OBJETO:
NOME DA EMPRESA:
CNPJ N.º:**

4.1.1. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1.1.1. Na proposta de Preços deverá constar:

4.1.1.1.1. *em papel identificado, ou com o timbre da empresa ou com a Razão Social e carimbo do CNPJ (MF), o endereço, número de telefone e/ou fax, CEP e, indicando, de preferência, o banco, a agência e os respectivos códigos e número da conta corrente, para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;*

4.1.1.1.2. *prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do envelope “Proposta de Preços”;*

4.1.1.1.3. *caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o licitante será considerado desqualificado e desclassificado para efeitos de julgamento;*

4.1.1.1.4. *no caso de utilização de materiais importados, os mesmos deverão estar com toda a documentação que os legalize no País, principalmente quanto ao cumprimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e INMETRO;*

4.1.1.1.5. *Apresentar junto com a sua proposta a seguinte documentação complementar, que em caso de ausência, ensejará a sua desclassificação:*

4.1.1.1.5.1. *Declaração de que dispõe em seu quadro de funcionários, uma equipe técnica treinada e qualificada para dar cumprimento aos itens componentes do objeto;*

4.1.1.1.6. Planilhas orçamentárias elaborada por itens do processo, com base nos Anexos, indicando os preços unitários e totais para os serviços nela relacionados, para execução dos serviços, expressos em Real



(R\$), em algarismos e por extenso, ficando a cargo do licitante e de sua inteira responsabilidade, o levantamento dos quantitativos através de vistoria “*in loco*”.

4.1.1.1.7. Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será levado em consideração o último e havendo divergência entre o valor unitário e valor global, prevalecerá o primeiro.

4.1.1.1.8. Na proposta apresentada pelo interessado para o objeto da Licitação, deverão estar incluídas todas as despesas com material, mão-de-obra, taxas, seguros, transporte, encargos sociais e demais obrigações necessárias ao completo desempenho dos serviços, além de orçamento detalhado com discriminação de quantitativos, todas e quaisquer despesas, tais como fretes, impostos, e outras necessárias à realização dos serviços.

4.1.1.1.9. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.1.1.10. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas;

4.1.1.1.11. Garantia dos serviços executados contra quaisquer defeitos de execução, sejam jurídico, administrativos ou técnicos, contados a partir da data do recebimento definitivo dos mesmos, nunca **inferior a 5 (cinco) anos**. Na indicação do prazo em desacordo com este subitem ou na sua ausência o licitante será desqualificado e desclassificado;

4.1.1.1.12 Os valores objetos da proposta são irrealizáveis pelo prazo de 01 (um) ano a contar da data da apresentação da proposta da licitação, conforme art. 2º, § 1º e art. 3º da Lei Federal 10.192, de 16 de fevereiro de 2001. Após, poderá haver reajuste e atualização monetária a cada período de 12 (doze) meses, de acordo com o IPCA, ou outro índice substitutivo.

4.1.1.1.13 Deverá ser apresentada planilha orçamentária.

5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. O julgamento, para efeito de classificação das propostas, será considerado o **MENOR PREÇO POR ITEM** cotado e será realizado nos termos dos arts. 43, incisos IV e V, 44 e 45 da Lei nº 8.666/93.

5.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate ocorrerá por meio de sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo (artigo 45, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93).

5.3. Atendidas as condições de julgamento, a execução dos serviços correspondentes a esta licitação será adjudicada a uma única empresa por item.

5.4. A Comissão Permanente de Licitação providenciará a publicação do resultado da licitação, para conhecimento dos interessados.

5.5. A decisão da Comissão somente será considerada definitiva após homologação pelo Prefeito Municipal ou a quem este delegar tal encargo, com a consequente adjudicação.

5.6. Serão desclassificadas, com base no art. 48, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, as propostas que:

- a)** apresentarem preços excessivos ou com valor global superior ao limite estabelecido pela Administração;
- b)** apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- c)** não atenderem as exigências contidas neste Edital;
- d)** apresentarem condições de pagamento antecipado ou contra a entrega dos serviços;

5.7. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, desde que não venham a causar prejuízos para a Administração e nem venham a ferir os direitos das demais licitantes.

6. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 Após a homologação do resultado do certame licitatório e adjudicação do seu objeto, será a licitante vencedora convidada, formalmente, a retirar o instrumento contratual respectivo e a restituí-lo devidamente assinado por seu representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.2. Na hipótese da empresa vencedora se recusar a assinar o Contrato, a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, obedecido ao disposto no § 2.º do Art. 64 da Lei n.º 8.666/93.



- 6.3. O fornecimento e os serviços pretendidos deverão ser executados em estrita conformidade com as prescrições deste Edital e seus Anexos, que são dele partes integrantes e inseparáveis.
- 6.4. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, sendo apostilada Despesa Orçamentária Vigente na eventual mudança de Exercício Orçamentário, e, a partir da data da sua assinatura, por interesse da Administração, o contrato poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.5. A formalização do ato de contratação será precedida de consulta prévia a cadastros da Administração Pública com a finalidade de verificar se se encontra a adjudicatária em situação regular, constituindo, a verificação de quaisquer pendências justo impedimento para a celebração do contrato, por culpa da licitante vencedora, ensejando a aplicação das penalidades previstas neste Edital, na Lei 8.666/93 e na anexa minuta de contrato.
- 6.6. A execução dos serviços objeto do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Município, através de profissional habilitado e nomeado para o desempenho desta atribuição.
- 6.7. Como condição para a celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

7 DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação, na reunião de abertura, obedecerão aos trâmites estabelecidos nos subitens seguintes:

7.1.1 No local, dia e hora previstos no preâmbulo deste edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes “Documentação” e “Proposta”, devidamente fechados, contendo os documentos de habilitação e proposta, respectivamente.

7.1.2 Os envelopes “Documentação” serão abertos e numerados pela Comissão Permanente de Licitação, ante os representantes legais das licitantes presentes.

7.1.3 Os envelopes “Propostas” serão recolhidos e, também numerados, simultaneamente com os envelopes “Documentação” e serão abertos imediatamente após a fase de habilitação, desde que haja renúncia expressa do direito de interpor recurso por parte de todos os representantes legais das licitantes, devidamente registrada em ata.

7.1.4 Aberto os envelopes “Documentação”, a Comissão Permanente de Licitação procederá à conferência dos documentos de habilitação, verificando da validade e do cumprimento das exigências contidas no Edital;

7.1.5 Depois de conferidos, os documentos deverão ser rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes.

7.1.6 Caso a Comissão Permanente de Licitação julgue conveniente, poderá suspender a sessão para analisar a documentação ou promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveriam constar originalmente nos envelopes “Documentação” e “Proposta”.

7.1.7 Na ocorrência da hipótese acima prevista, os envelopes “Proposta” serão rubricados, no fecho, pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes e ficarão sob a guarda da Comissão para abertura em outra sessão, a ser comunicada às licitantes.

7.1.8 A Comissão Permanente de Licitação manterá, também, em seu poder os envelopes “Propostas” das licitantes consideradas inabilitadas, devidamente fechados e rubricados, no fecho, pelos membros da Comissão e pelos representantes legais das licitantes presentes, os quais serão devolvidos, ainda fechados, após o término do período recursal.

7.1.8.1. Na incidência do caso acima, se alguma licitante se recusar a receber os envelopes ou estiver ausente, tal situação ficará consignada em ata e os referidos envelopes ficarão à disposição para futura retirada no endereço citado no preâmbulo.

7.1.9 Os envelopes acima referidos ficarão sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação pelo período de 20 (vinte) dias corridos. Findo esse prazo, a Administração não terá mais qualquer responsabilidade sobre o seu teor.

7.1.10 A abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta” será realizada sempre em sessão pública, lavrando-se ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes.

7.1.11 Após a fase de habilitação, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.



7.1.12 Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertos os envelopes "Propostas", não caberá desclassificá-las por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.1.13 As decisões quanto à habilitação, se não houver renúncia de todos os licitantes quanto ao direito de interpor recursos, serão devidamente publicadas ou afixadas no mural público municipal, situado no endereço constante do preâmbulo.

8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório desta TP.

8.1.1. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.1.2. Tratando-se de impugnação, a mesma deverá ser entregue mediante protocolo, diretamente ao (à) presidente da comissão de licitação, no endereço acima mencionado;

9. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

9.1. Dos atos praticados pela Administração em decorrência do presente certame licitatório, cabem os recursos previstos no art.109, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Os recursos eventualmente interpostos serão encaminhados à Comissão Permanente de Licitação que, após ouvidos os demais interessados, não desejando reconsiderar a decisão recorrida, deverá prestar as informações que entenda pertinentes, encaminhando-as, a seguir, à autoridade competente para o julgamento.

9.3. Não caberá recurso administrativo quando a licitante, tendo aceito os termos do instrumento convocatório, vier, após o julgamento ou decisões que lhe sejam desfavoráveis, apontar falhas ou irregularidades que, a seu juízo, o tenham viciado.

9.4. Ao comparecer à reunião de abertura da presente licitação e apresentar propostas na forma requerida, fica subentendido que a licitante aceita, irrestritamente, todas as condições estabelecidas no presente Edital.

9.5. A licitante deverá protocolar o seu recurso, exclusivamente, no Setor de Licitações, mediante protocolo, no endereço constante do preâmbulo.

10. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

10.1. As obrigações resultantes do presente certame licitatório deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com o estabelecido pelas demandas da Administração Pública.

10.2.1. Os serviços acontecerão semanalmente nas dependências da Prefeitura Municipal de Capão Alto nos dias e horários de expediente normal conforme agenda fixa semanal de atendimento presencial estipulado pela Administração, e deverão ser emitidos Relatórios Mensais Simplificados, de andamento dos serviços executados no período, mês decorrente, junto com a nota fiscal de prestação de serviços, para que o fiscal de contrato possa atestar a referida nota fiscal;

10.2.2 A empresa contratada deve emitir relatórios bimestrais informando o andamento dos convênios ao **Núcleo Gestor de Contratos e Procuradoria geral do Município**, para acompanhamento geral da gestão;

10.2.3 A CONTRATADA deve analisar em conjunto com a CONTRATANTE todos os serviços, adequando os projetos às necessidades do Município no cumprimento do interesse público;

10.2.4. Os serviços, objetos dos documentos contratuais, deverão ser concluídos em todos seus detalhes, ainda que cada item necessariamente envolvido não seja especificamente mencionado ou detalhado no Termo de Referência;

10.2.5. Não se prevalecer de qualquer erro involuntário ou omissão existente para eximir-se de suas responsabilidades;

10.2.6. Elaborar, acompanhar e registrar projeto legal junto ao CREA/CAU - SC;

10.2.7. A CONTRATADA deverá providenciar a aprovação do projeto, caso seja necessário, responsabilizando-se por todo o acompanhamento do respectivo processo;

10.2.8. A comprovação da apresentação do projeto junto às Administrações e Concessionárias não caracteriza a conclusão dos trabalhos a cargo da CONTRATADA, mas sim das entregas das licenças pertinentes as edificações;



- 10.2.9.** Assumir a responsabilidade por quaisquer erros, omissões ou irregularidades nos projetos, incumbindo-se de proceder à imediata retificação;
- 10.2.10.** Apresentar as Anotações/Registros de Responsabilidade Técnica (ARTs/RRTs) de todos os profissionais envolvidos no projeto;
- 10.2.11.** Apresentar, sempre que exigida pela CONTRATANTE, prova de quitação de todos os tributos, impostos, taxas e quaisquer encargos incidentes direta ou indiretamente sobre a prestação de serviços contratados;
- 10.2.12.** Coordenar a conceituação e caracterização de forma clara, de todos os elementos do projeto, com as definições necessárias a todos os interessados, resultando em Projetos Básico e Executivo sem problemas de integridade, tendo os projetos com todas as suas interfaces bem definidas, de modo a subsidiar a avaliação de custos, métodos construtivos, prazo de execução realista e minimização de problemas de execução da obra;
- 10.2.13.** Os projetos serão compatibilizados pelo autor do projeto arquitetônico, tendo a CONTRATANTE o papel de mediador;
- 10.2.14.** Analisar os comentários ou recomendações aos projetos, apresentados pela CONTRATANTE, e em caso de não atendimento apresentar fundamentação técnica;
- 10.2.15.** Todas as peças do projeto deverão ser entregues assinadas pelos seus respectivos autores, acompanhados de suas ARTs/RRTs, devidamente preenchida e quitada;
- 10.2.16.** Os projetos serão considerados concluídos após a aprovação integral por parte da CONTRATANTE.
- 10.2.17.** A CONTRATADA será responsável pela total observância das Leis, Decretos, Portarias e Normas, em todas as esferas, aplicáveis ao objeto contratado.
- 10.3.** A fiscalização dos serviços será efetuada por servidor designado pela administração.
- 10.4. Quaisquer despesas de fretes, traslado ou inerentes à entrega do objeto licitado, correm às custas do(s) fornecedor(s) vencedor(s) da licitação.**

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes do fornecimento deste objeto, correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, da Lei Orçamentária do Exercício de **2022**, correndo por conta das seguintes Dotações:

138/2022

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado conforme medições, em parcelas mediante emissão da ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia, àquele a que se referir o serviço, a contar do certificado de que foram aceitos, conforme medições apresentadas pela adjudicatária, após constatação do cumprimento de cada etapa, mediante a apresentação de Nota Fiscal e fatura discriminativa atestada e respectiva nota de empenho, e comprovante de recolhimento dos encargos sociais e, quando for o caso, das multas aplicadas.

12.2. O Município reterá na fonte, os impostos cabíveis inerentes a execução do objeto, sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Pela inexecução do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de que tratam os artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, além da multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10 (dez) dias, quando, então, incidirá em outras cominações legais.

13.2. Na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão a ela aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as penalidades estabelecidas na minuta de contrato, Anexo IV.

13.3 Como os serviços contratados serão executados com recursos próprios, as empresas vencedoras do certame, obrigam-se a executar 100(cem)% dos serviços sem paralização, caso contrário, receberá multa de 15% do valor total do contrato.

13.4 Caso a multa não seja recolhida no prazo estipulado, descontar-se-á o seu valor das parcelas vincendas, ou das Garantias se houverem.



14 DA VISTORIA

14.1. As licitantes deverão vistoriar os locais onde se realizam e se realizarão os serviços para que tenham conhecimento das condições ambientais e técnicas em que deverão se desenvolver os trabalhos, **com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da abertura da licitação ou seja até 29/09/2022**, quando receberá a Declaração de Vistoria – Modelo Anexo III – assinada pelo presidente da Comissão e/ou fiscal de obras do Município e pelo engenheiro da Empresa.

14.1.1. Todos os representantes dos licitantes interessados serão devidamente conduzidos pelo responsável do Município ou membro da Comissão de Licitações, para constatar as condições de execução, efetuar levantamentos e tomar conhecimento de todos os elementos necessários à elaboração da proposta e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, os quais visitarão os locais das obras e serviços referidos neste edital.

14.1.1.1. A licitante que não faça a visita e venha a apresentar declaração de que está ciente das condições não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

14.1.2 A vistoria somente poderá ser feita por responsável técnico da licitante.

14.1.3 A vistoria subsidiará o levantamento quantitativo de mão-de-obra necessários à elaboração das propostas.

15. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

15.1 Como garantia da execução do objeto contratado e fiel cumprimento deste TERMO DE CONTRATO, a CONTRATADA apresentará garantia na forma de uma das modalidades previstas no Art 56. da lei 8666/93, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

16. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de vistoriar as instalações e equipamentos das licitantes, e/ou realizar Diligência que ache necessária, a qualquer tempo.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.2. Reserva-se à Comissão o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

17.3. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a data da abertura desta licitação;

b) alterada as condições do presente Edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

17.4. Não se permitirá a qualquer das licitantes solicitar a retirada de envelopes ou o cancelamento de propostas após a sua entrega.

17.5. Fica assegurado ao Município o direito de no interesse da Administração, sem que caiba às proponentes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

17.5.1. Adiar a data de abertura das propostas da presente TOMADA DE PREÇOS, dando conhecimento aos interessados, mediante publicação nos meios de publicação legais preconizados em Lei, e afixação de comunicado no Quadro de Avisos da Entidade, com antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

17.5.2. Anular ou revogar, a presente TOMADA DE PREÇOS a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, fundamentados conforme prescrição contida no Art. 49, da Lei nº 8.666/93, dando ciência aos interessados mediante a afixação do comunicado no Quadro de Avisos da Entidade e publicação nos meios de publicação legais preconizados em Lei, e afixação de comunicado no Quadro de Avisos da PMCA.

17.5.3. Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta TOMADA DE PREÇOS, fixando novo prazo, não inferior a 15 (quinze) dias, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

17.5.4. Acrescer ou suprimir o objeto dentro dos limites legais.

17.6. A participação nesta, TOMADA DE PREÇOS implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e demais anexos, bem como, na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

17.7. O Município não se responsabilizará pela entrega de envelopes documentação/proposta via correio, ainda que protocolada antes da data de abertura da licitação, sendo assim, documentações encaminhadas desta forma serão de exclusiva responsabilidade do licitante.



17.8. A atuação da proponente perante a Comissão Permanente de Licitação, assim como na execução do Contrato será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município, e constará dos atestados, certificados e declarações solicitados.

17.9. É permitida a subcontratação parcial e/ou global desta licitação, desde que previamente autorizada pela administração.

17.10 As decisões da Comissão serão publicadas nos meios de publicação legais preconizados em Lei, e afixação de comunicado no Quadro de Avisos da Entidade, situado no endereço mencionado no preâmbulo.

17.11 Caso as licitantes tenham interesse em obter as plantas, projetos, memoriais e demais documentos referentes a execução dos serviços referentes ao objeto desta licitação, deverão entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação, no endereço citado no Preâmbulo.

17.12. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverão ser encaminhados por escrito, assinadas e protocolados junto ao setor de licitações da Entidade, estabelecido na Rua João Vieira de Oliveira, nº500, Centro, Capão Alto – SC CEP 88.548-000.

17.12.1. As respostas serão divulgadas mediante publicação de notas no Hall de Entrada da Entidade, situado no endereço mencionado no preâmbulo, ficando as **licitantes** cientes e obrigados a apanhá-las para a obtenção das informações prestadas pela **Comissão Permanente de Licitação**.

18. DA FRAUDE À LICITAÇÃO

18.1. A constatação, no curso da presente licitação, de condutas ou procedimentos que impliquem em atos contrários ao alcance dos fins nela objetivados, ensejará a formulação de imediata representação ao MINISTÉRIO PÚBLICO para que sejam adotadas as providências tendentes à apuração dos fatos e instauração do competente procedimento criminal, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para os fins estabelecidos no art. 88, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

19. DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão solucionados diretamente pela Comissão de Licitação, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei nº 8.666/93.

20. DO FORO

20.1. O Foro é o da Justiça Estadual, Comarca de Campo Belo do Sul/SC, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Edital.

Capão Alto SC, 14/09/2022

Tito Pereira Freitas
Prefeito Municipal



ANEXO I

RELAÇÃO DE ITENS LICITAÇÃO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	14664 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DE PESSOA HABILITADA, INSCRITA NO CAU/CREA PARA ELABORAR PROJETOS DE OBRAS PÚBLICAS, FISCALIZAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS, MONTAR AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, ELABORAR PARECERES TÉCNICOS PARA SUBSIDIAR A DEFESA CIVIL MUNICIPAL, SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE, E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS À ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA.	MÊS	12	4.120,00	49.440,00
				Total Geral	49.440,00



ANEXO II
DECLARAÇÃO

(nome da empresa) _____ CNPJ nº _____
_____, sediada na(o) _____
(endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Capão Alto / SC, _____ de _____ de 201.....

Nome e assinatura do declarante
nº da identidade do declarante



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

“REPÚBLICAÇÃO - Contratação de Serviços de Pessoa jurídica habilitada, para prestação de assessoria, fiscalização e acompanhamento de projetos na área de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo oriundos de convênios Federais e/ou Estaduais e cadastramento e acompanhamento em programas como SIMEC, SIGOB, CISAMA, SICONV e correlatos ”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXX, sediada Na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXX – XX, Telefone (XX) XXXXXXXX endereço eletrônico: XXXXXX@XXXXX.XX, declara sob as penas da lei, que vistoriou o local e que conhece as condições em que serão executados os serviços, não sendo admitido, em hipótese alguma, alegação de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Capão Alto / SC, xx de xxxxxx de 201.....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Engenheiro/Arquiteto XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – CREA/CAU Nº XXXXXXXX-X

Presidente Comissão de Licitações



ANEXO IV MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N.º XXX/201..... QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Pessoa Jurídica de direito Público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por seu titular o Senhor(a)XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro(a), XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Município de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/CIC sob o nº, e a Empresa, com nome de fantasia denominada de, Empresa de Direito Privado, inscrita no C.N.P.J. sob nº, com sede à Rua,, Cidade e Município de, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio gerente o Senhor, portador da carteira de identidade nº, CPF sob o nº e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório - decorrente da Tomada de Preços, **PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMCA066/2022** (REPUBLICAÇÃO EDITAL PMCA028/2022 - ITEM 1), sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por menor preço global, sujeitando-se às normas e condições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, legislação correlata e demais normas que regem a matéria, mediante Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato *Contratação de Serviços de Pessoa jurídica habilitada, para prestação de assessoria, fiscalização e acompanhamento de projetos na área de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo oriundos de convênios Federais e/ou Estaduais e cadastramento e acompanhamento em programas como SIMEC, SIGOB, CISAMA, SICONV e correlatos*, conforme **PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMCA066/2022** do município da referida Entidade.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - os serviços serão executados conforme condições e especificações estabelecidas neste CONTRATO, e Edital da Tomada de Preços PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMCA066/2022, nos Anexos que o compõem, e Proposta da CONTRATADA, todos partes integrantes deste Instrumento como se transcritos estivessem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste **CONTRATO**;
2. estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste **CONTRATO**;
3. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**;
4. exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da **CONTRATADA** que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;
5. notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
6. exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA**;
7. acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO**, por servidor designado para tal, que emitirá relatórios sobre a realização dos serviços e atestará o seu adequado cumprimento para fins de pagamento, incumbindo-lhe, ainda, propor a aplicação de sanções, quando couber;
8. tornar disponível as instalações e os equipamentos necessários à execução dos serviços, quando for o caso;
- 9. recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço prestado fora das especificações estabelecidas no objeto do edital PMCA066/2022.**



10. relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade colocados à disposição da **CONTRATADA** durante a execução dos serviços, com indicação do seu estado de conservação, se for o caso;
11. fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quanto aos prazos de execução dos serviços, que ressalvados os casos de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não devem ser extrapolados;
12. verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e
13. efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

1. **Dar integral cumprimento ao objeto, Edital da Tomada de Preços, PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMCA066/2022 e seus Anexos e à sua proposta;**
2. Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – **ART**, dos serviços no Conselho Regional de Engenharia e/ou Arquitetura do Estado de Santa Catarina – **CREA/CAU - SC** e apresentar à **CONTRATANTE** a sua respectiva via, se for o caso, devidamente quitada ;
3. Dar garantia dos serviços executados contra quaisquer defeitos de execução, sejam jurídico, administrativos ou técnicos, contados a partir da data do recebimento definitivo dos mesmos, nunca **inferior a 5 (cinco) anos, ou superior conforme proposta apresentada no PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMCA066/2022;**
4. Acatar todas as orientações da **CONTRATANTE**, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização e prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
5. Prestar os serviços semanalmente, e garantir que deverão ser emitidos Relatórios Mensais Simplificados, de andamento dos serviços executados no período, junto com a nota fiscal de prestação de serviços, para que o fiscal de contrato possa atestar a referida nota fiscal; depois de concluídos serão **RECEBIDOS PROVISORIAMENTE** pela Fiscalização de contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15(quinze) dias da comunicação por escrito encaminhada pela Contratada;
- 5.1. Emitir relatórios bimestrais informando o andamento dos convênios ao **Núcleo Gestor de Contratos e Procuradoria Geral do Município**, para acompanhamento geral da gestão;
- 5.1.2. Os serviços acontecerão semanalmente nas dependências da Prefeitura Municipal de Capão Alto nos dias e horários de expediente normal conforme agenda fixa semanal de atendimento presencial estipulado pela Administração, e deverão ser emitidos Relatórios Mensais Simplificados, de andamento dos serviços executados no período, mês decorrente, junto com a nota fiscal de prestação de serviços, para que o fiscal de contrato possa atestar a referida nota fiscal;
6. Arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços objetos do edital **PMCA066/2022**, tais como: materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, fretes, transportes de qualquer natureza, licenças, taxas, impostos, emolumentos, encargos sociais, administração, supervisão de engenharia e demais encargos;
7. responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde o salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;
8. executar todos os trabalhos por meio de mão-de-obra especializada, de acordo com as normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, correspondentes aos serviços constantes no edital **PMCA066/2022;**
9. colocar seu corpo técnico à disposição da **CONTRATANTE** para esclarecimentos sobre o processo de execução dos serviços sempre que solicitada;
11. apresentar seus empregados convenientemente portando crachás de identificação, e mantê-los em condições de higiene e segurança;
12. responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a **CONTRATANTE**, em razão de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir;
13. responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados causados ao Município, dentro da área e das dependências dos locais onde serão realizados os serviços;
14. substituir, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconveniente e insatisfatórios;
15. comunicar à **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços;



16. manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no Edital;
17. refazer e repor, corretamente, os serviços rejeitados pela administração por não estarem de acordo com as especificações ou não classificados como de primeira qualidade, sem prejuízo do andamento cronológico, arcando com o ônus do fato;
18. designar preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;
19. realizar, sempre que necessário, apostilamento processual e arquivamento em local próprio dos processos e projetos.
20. exigir que seus funcionários portem os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) requeridos na execução das atividades;
21. Subempreitar, desde que devidamente autorizado, global ou parcialmente os serviços avençados; e
22. observar o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pela execução dos serviços, objeto do presente Contrato, fica estipulado o valor total de R\$ _____ (_____).

As despesas decorrentes do fornecimento deste objeto, correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, da Lei Orçamentária do Exercício de 2022 créditos especiais abertos em função dos recursos recebidos através do Orçamento Municipal, correndo por conta da seguinte dotação:

138 - 1 . 8001 . 15 . 452 . 7 . 2.29 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Os valores objetos deste contrato são irremovíveis pelo prazo de 01 (um) ano a contar da data da apresentação da proposta da licitação, conforme art. 2º, §1º e art. 3º da lei federal 10.192, de 16 de fevereiro de 2001. Após, poderá haver reajuste e atualização monetária a cada período de 12 (doze) meses, de acordo com o IPCA, ou outro índice substitutivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme medições, em parcelas mediante emissão da ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia, àquele a que se referir o serviço, a contar do certificado de que foram aceitos, conforme medições apresentadas pela adjudicatária, após constatação do cumprimento de cada etapa, mediante a apresentação de Nota Fiscal e fatura discriminativa atestada e respectiva nota de empenho, e comprovante de recolhimento dos encargos sociais e, quando for o caso, das multas aplicadas..

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O Município reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim o ISSQN e INSS sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços de que trata este **CONTRATO**, serão acompanhados e fiscalizados por servidor designado pela administração para esse fim, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega dos serviços, nos termos do art. 67 de Lei nº 8.666/93.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Os serviços serão recebidos pelo fiscal do Contrato, provisoriamente, nos termos da alínea “a” do inciso I do art. 73 da Lei nº 8.666/93 e, definitivamente, nos termos da alínea “b” do inciso I do art. 73 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato poderão ser aplicadas ao inadimplente as sanções de que tratam os Arts. 86 a 88, da Lei n.º 8.666/93, além da multa de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a **CONTRATADA** não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em



desacordo com o estabelecido neste Contrato, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras cominações legais.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

Como garantia da execução do objeto contratado e fiel cumprimento deste TERMO DE CONTRATO, a CONTRATADA apresentará garantia na forma de uma das modalidades previstas no Art 56. da lei 8666/93, no valor de R\$ _____ (_____) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do objeto deste **CONTRATO** enseja sua rescisão, de conformidade com os arts. 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado, por extrato, nos meios legais, nos termos do Parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, correndo as despesas à expensas da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

O Foro do presente **CONTRATO** é o da Justiça Estadual, Comarca de Campo Belo do Sul/SC, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente instrumento contratual.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Capão Alto(SC), ... de de 202.....

CONTRATANTE

CONTRATADA

Gestor de Contrato

Responsável Jurídico

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:
C.I n.º:

NOME:
CPF:
C.I n.º:



ANEXO V

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMCA066/2022 – TOMADA DE PREÇO- (nome da Entidade Realizadora)

FULANO DE TAL, inscrita no CNPJ n.º, com endereço tal, por intermédio de seu representante legal, Sr. (sra.), portador(a) da CI n.º e do CPF n.º, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 e alterações, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com “X”, conforme o caso):

- () não emprega menor de dezesseis anos.
() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Capão Alto,de de 201.....

Nome da Empresa
Nome do Representante Legal (assinatura)